

JOURNAL OF  
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>**Henrique Zeferino de Menezes**

Universidade Federal da Paraíba,  
Departamento de Relações Internacionais,  
João Pessoa – PB, Brazil  
(hzmenezes@hotmail.com).

**Xaman Korai Minillo**

Universidade Federal da Paraíba,  
Departamento de Relações Internacionais,  
João Pessoa – PB, Brazil  
(xamankorai@gmail.com).

**Copyright:**

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



# Pesquisa e extensão como contribuição da universidade na implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) no Brasil

## Research and extension as a University contribution in the implementation of objectives of sustainable development goals (SDGs) in Brazil

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e18019>

Meridiano 47, 18: e18019, 2017

### Acknowledgments

Os autores agradecem os comentários do Professor Thiago Lima (UFPB) durante evento acadêmico em que o texto foi discutido em 2016; e os alunos que participam do projeto de extensão “Participação da Sociedade Civil nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”.

### Resumo

O artigo apresenta uma experiência em desenvolvimento na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que tem como objetivo contribuir, de uma forma específica, no processo de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Trata-se da execução de Projeto de Extensão Universitária focado na participação e contribuição da sociedade civil, especialmente enfocando no papel da Universidade, na implementação dos ODS e de sua agenda de desenvolvimento para o período pós-2015. Esse projeto, em desenvolvimento desde o início de 2015, busca contribuir com a difusão da agenda ODS entre organizações da sociedade civil do Nordeste brasileiro, além de atuar na capacitação de gestores e multiplicadores da agenda em diversos espaços e instituições da região. A Universidade tem enorme potencial para contribuir e garantir condições para a apropriação da agenda, formulação de políticas e desenvolvimento de tecnologias sociais para implementação dos ODS.

### Abstract

This paper presents an experience in development at the Federal University of Paraíba (UFPB), which aims to contribute to the implementation of the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs) in a specific way. This is done through the execution of a community engagement project focused on the participation and contribution of the civil society in the implementation of the SDGs, focusing especially on the role of the Universities. The project, which is under development since the beginning of 2015, seeks to contribute to the dissemination of the SDGs agenda among civil society organizations in the Brazilian Northeast, as well as to train policymakers and multipliers of the agenda in various spaces and institutions in the region. The University has enormous potential to contribute to the local appropriation of the agenda, formulation of public policies and development of social technologies for the implementation of SDGs.

**Palavras Chaves:** Extensão Universitária, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Sociedade Civil, Universidade – UFPB.

**Keywords:** Community engagement project; Sustainable Development Goals (SDGs); Civil Society; University – UFPB.

Recebido em 28 de Março de 2017

Aprovado em 01 de Junho de 2017

## Introdução

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – estes últimos aprovados na 70ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em Setembro de 2015 – se constituíram como a maior iniciativa global organizada voltada à redução da pobreza, da desigualdade e melhoria das condições econômicas e sociais dos povos de forma integrada à promoção dos direitos humanos. Organizados em torno de macro objetivos, metas específicas e indicadores para acompanhamento, os *Objetivos de Desenvolvimento das Nações Unidas* abrangeram uma grande quantidade de áreas e temas da maior relevância para a sustentação de estratégias de transformação social. A transição entre as agendas ODM e ODS levou a um significativo aumento no número de objetivos, passando dos 8 compromissos assumidos em 2000, para os 17 os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>1</sup>.

Em linhas gerais, os ODM e seu processo de implementação, apesar dos problemas na sua concepção e insuficiências no seu processo de efetivação, relatadas em abrangentes análises acadêmicas, contribuíram para consolidar internacionalmente uma perspectiva de desenvolvimento, voltada à idéia de desenvolvimento humano, e para organizar um conjunto de ações globais tendo como foco o alcance do desenvolvimento. Além disso, incentivaram a conformação de um entendimento mundialmente aceito acerca da centralidade de iniciativas voltadas ao alcance das suas metas<sup>2</sup> (FEHLING; NELSON; VENKATAPURAM, 2013). O processo de negociação e adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>3</sup> consagrou e aprofundou essa visão global sobre a necessidade de avançar no processo de combate à pobreza; especificou o escopo de desenvolvimento (sustentável); e fortaleceu as ações de organizações internacionais, governos nacionais e subnacionais, sociedade civil, empresariado e etc. para tal finalidade.

1 Objetivo 1: Erradicar a pobreza; Objetivo 2: Erradicar a fome; Objetivo 3: Saúde de qualidade; Objetivo 4: Educação de qualidade; Objetivo 5: Igualdade de gênero; Objetivo 6: Água potável e saneamento; Objetivo 7: Energias Renováveis e Acessíveis; Objetivo 8: Trabalho Digno e Crescimento Econômico; Objetivo 9: Indústria, inovação e infraestruturas; Objetivo 10: Reduzir as desigualdades; Objetivo 11: Cidades e comunidades sustentáveis; Objetivo 12: Produção e Consumo Sustentáveis; Objetivo 13: Combate as alterações Climáticas; Objetivo 14: Proteger a Vida Marinha; Objetivo 15: Proteger a Vida Terrestre; Objetivo 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes; Objetivo 17: Parcerias para a Implementação dos Objetivos.

2 Em termos mais específicos, os Objetivos de Desenvolvimento das Nações Unidas acabam se inserindo, pelo menos retoricamente, na agenda das Organizações Internacionais vinculadas ao Sistema ONU, assim como se apresentam como foco e meta de outros organismos globais públicos.

3 O processo de construção da agenda Pós-2015 teve início com a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) e sua base conceitual foi a publicação do documento “O Futuro que Queremos”. A conformação da agenda foi resultado de um processo de discussões e deliberações que teve o Open Working Group, no High Level Panel e no Intergovernmental Committee of Experts on Sustainable Development Financing e o UN Task Team como instituições fundamentais. Ao final desse processo antecedendo a Assembléia Geral foi divulgado o documento final das negociações “Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development”.

Ficou claro, nas análises sobre o processo de adoção e implementação dos ODM e, especialmente nas negociações para construção da agenda pós-2015, que o sucesso de uma agenda global de desenvolvimento demanda uma ampla participação das populações e não pode se constituir apenas como um discurso público mundial ou mesmo um conjunto de iniciativas adotadas por governos de forma espasmódica ou com finalidades eleitorais. O processo de *construção* de uma agenda abrangente e que se pretende transformadora deve passar por um processo de apropriação local dos seus objetivos negociados internacionalmente e incluir de forma ativa a sociedade civil. Nesse aspecto específico, a *adequação local* de discursos globais e o *controle e supervisão* das ações governamentais e do *cumprimento* das metas por parte dos indivíduos são entendidos como elementos fundamentais.

A importância de uma *maior participação social* na formulação das iniciativas voltadas ao alcance das metas que compõem os ODS e na fiscalização das ações públicas se explica pela necessidade de *adequação do discurso global e das grandes metas e objetivos em iniciativas e políticas que atendam as necessidades e particularidades locais e que lidem diretamente com as demandas específicas de países e populações*. A uniformidade do discurso global não deve ser entendida como a homogeneização dos caminhos para se atingir os objetivos ou com modelos e políticas de tipo *one-size-fits-all*. Ao contrário, este discurso deve ser traduzido para compreender os problemas locais. Essa tem sido a maior dificuldade encontrada pelos organismos internacionais participantes do processo de implementação dos ODM e ODS e, efetivamente, a principal fronteira política e administrativa a ser transposta.

Neste contexto, a Universidade pode desempenhar um papel significativo e se apresentar como um ator relevante na promoção do desenvolvimento, assim como contribuir para a implementação dos ODS. As ações e atividades desenvolvidas dentro desse ambiente, que envolvem ensino, pesquisa e extensão, carregam grande potencial transformador. Assim, é reconhecendo i) a importância e o acumulado das discussões acadêmicas sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil; ii) o importante papel que a Universidade desempenha na produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico qualificado para a sociedade e a ii) necessidade de maior participação social na disseminação e implementação da agenda ODS, que as ações em desenvolvimento na UFPB, relatadas nesse artigo, se estruturam.

O Projeto de Extensão *Participação da Sociedade Civil nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas*, resultado do amadurecimento de atividades de pesquisa acadêmica, tem o propósito geral de incentivar a participação da Universidade junto a atores relevantes no processo de implementação dos ODS localmente como forma de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico<sup>4</sup>. Para tanto, tem dois principais objetivos.

1. Atuar diretamente no processo de ‘territorialização’ da agenda ODS na região Nordeste do país. Esse eixo do processo se funda, de um lado, na realização de atividades e cursos de capacitação para organizações e movimentos sociais, gestores públicos e organizações empresariais ligados ao processo de implementação dos ODS. De outro lado, no início de

---

4 Informações sobre o Projeto podem ser encontradas em <https://observatoriods.wordpress.com/>

atividades específicas voltadas ao planejamento e execução de políticas específicas para apropriação dos ODS pelos municípios e adoção de políticas públicas para sua implementação<sup>5</sup>.

2. O segundo objetivo, ainda em fase de estruturação e desenvolvimento, se refere ao mapeamento das atividades de pesquisa científica e tecnológica e de extensão realizadas na UFPB que possam contribuir tecnicamente com a implementação dos ODS local ou nacionalmente.

## A importância da participação da sociedade civil e o papel da universidade na implementação dos ODS no Brasil

A sociedade civil, apesar de sua forte participação nos processos de negociação das Conferências da ONU<sup>6</sup> dos anos 1990 – promovendo propostas relativas a temas como desenvolvimento e direitos humanos – não teve espaço direto na formulação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A agenda ODM foi formulada por especialistas de países desenvolvidos e técnicos de organizações internacionais, sob a direção do secretariado da ONU<sup>7</sup>. Efetivamente, não houve a organização de comitês preparatórios abertos, em que a sociedade civil tivesse participação direta (BISSIO, 2003). Apesar da falta de inserção da sociedade civil no processo de planejamento dos ODM, levando em conta a importância da apropriação coletiva destes e da mobilização civil para o seu desenvolvimento adequado, a Declaração do Milênio instou os governos a promoverem parcerias com a sociedade civil nos seus processos de desenvolvimento e alcance dos ODM.

Para avançar na promoção do desenvolvimento, a avaliação dos resultados alcançados com a agenda ODM e a negociação da agenda pós-2015 constatou a importância de uma maior e mais efetiva participação da sociedade civil, tanto no processo de definição dos objetivos, como na sua implementação. Assim, indo além do que se verificou na formulação dos ODM, a construção da nova agenda tomou como responsabilidade e centralidade o compromisso de ampliar o processo participativo (VANDERMOORTELE, 2012) e buscou estabelecer mecanismos mais eficazes para uma ação mais

5 Formulação de diagnósticos socioeconômicos de municípios, tendo como referência os indicadores da agenda ODS, e articulação de atividades com gestores locais para formulação de políticas públicas.

6 A chamada “Década das Conferências” foi um momento histórico nos debates sobre desenvolvimento. Dentre as conferências realizadas, destacam-se: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), a Conferência Internacional de Alimentação e Nutrição (Conferência de Roma, de 1992), a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (Conferência de Viena, de 1993), a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Conferência do Cairo, de 1994), a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (Cúpula de Copenhague, de 1995), a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres (Conferência de Pequim, de 1995), a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II, de 1996) e a Cúpula Mundial da Alimentação (Cúpula de Roma, de 1996).

7 A formulação dos ODM se apoiou em articulações prévias com outros atores internacionais com o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e mais especificamente o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) teve papel central na construção do modelo que deu origem aos ODM. Com o intuito de repensar o futuro da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), dado o período de decadência que a maioria das agências de assistência externa experienciavam, foram criados em 1996, no âmbito do CAD, os *International Development Goals* (IDGs). Baseados fortemente nestes, os ODMs foram moldados em torno de duas ideias centrais herdadas deste empreendimento: a perspectiva do desenvolvimento humano (*human development*) e a gestão pautada em resultados (*results-based management*) (HULME, 2010).

efetiva da sociedade civil na incorporação da agenda de desenvolvimento nas preferências políticas locais e na própria promoção do desenvolvimento local. A comunidade científica, especificamente, também contribuiu significativamente para a determinação dos ODS, fornecendo evidências científicas que apoiaram o andamento dos processos consultivos para a negociação dos ODS (COLOMBO, INZOLI, 2013).

É considerando a importância da sociedade civil na implementação dos ODS que o projeto de extensão aqui tratado pretende, de um lado, levar conhecimento produzido sobre desenvolvimento e estratégias de desenvolvimento e sobre a própria agenda da ONU para as organizações civis, gestores públicos e o setor privado. Por outro lado, estimula a disseminação e utilização do conhecimento científico e tecnológico produzido na universidade para toda uma cadeia de aplicações, que tragam resultados positivos em termos de gestão pública, desenvolvimento tecnológico, etc.

Deve-se enfatizar a importância da Educação nas trajetórias de desenvolvimento econômico e social dos países. Vários estudos apontam a relação direta da melhoria dos indicadores econômicos e sociais das nações com a ampliação do acesso à educação básica, o estímulo ao ensino superior e incremento nos investimentos em pesquisa científica e tecnológica<sup>8</sup>. Apesar dessa clara constatação, há ainda enormes lacunas e espaços para se aprofundar as discussões sobre o papel da educação e especialmente das Universidades na produção e disseminação i) de conhecimento científico e tecnológico aplicável a transformações e rupturas técnicas com impactos sociais efetivos; ii) de conhecimento útil para embasar cientificamente e fomentar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento, iii) de tecnologias sociais para contribuir mais ativamente na conformação de iniciativas intervenientes na sociedade; iii) e na formação de recursos humanos.

A Universidade, especialmente as universidades públicas no Brasil, tem papel fundamental e estratégico nessas quatro dimensões. Isto é feito, de um lado, com a formação de cidadãos e recursos humanos qualificados e vocacionados a atuar diretamente na solução de problemas técnicos e sociais condizentes com as demandas e especificidades nacionais. De outro lado, com a produção de conhecimento acadêmico-científico útil e de alta qualidade, capaz de sustentar e direcionar a solução desses problemas e de produzir inovações e revoluções que originem novos instrumentos para avançar na superação de problemas estruturais. Além disso, a Universidade tem ainda função que combina todos esses elementos de modo ativo e transformador: a realização de Projetos de Extensão para a externalização direta da capacidade técnica e analítica produzida na Universidade de forma integrada à sociedade.

Salienta-se, assim, o poder transformador da ciência e o papel central que as Universidades podem ter nesta agenda, que pode ser resumido em três pontos:

---

8 Desde estudos históricos, que abordam a trajetória de desenvolvimento de países como os Estados Unidos (foco na universalização do ensino superior ainda no século XIX) e a Coreia do Sul (que incentivou a educação como forma de garantir o seu *catch up*), ou estudos que relacionam o gasto em educação com os níveis de desenvolvimento econômico, apontam essa relação (CALEIRO, 2008).



- i) Transformando a sociedade por meio da educação, do compartilhamento de conhecimento e do desenvolvimento de capacidades

A educação é central para a promoção do desenvolvimento sustentável,<sup>9</sup> sendo um canal essencial para a disseminação de conhecimento e práticas sustentáveis para as novas gerações enfrentarem os desafios futuros tendo o desenvolvimento sustentável como valor e estilo de vida. Atribui-se à Universidade papel transformador na sociedade, podendo contribuir para a disseminação da Agenda 2030 capacitando multiplicadores da agenda e a população em geral por meio de suas atividades de *ensino e extensão*.

O compromisso social da Universidade, especialmente as públicas, se mostra central na difusão de conhecimento científico e tecnológico qualificado para a sociedade e na capacitação de novas gerações de tomadores de decisão e líderes por meio de redes de conhecimento. Destacam-se, além das atividades de *ensino*, os projetos de *extensão*, que por meio de suas atividades estabelecem linhas de diálogo entre a academia e outros atores sociais de forma horizontal, discutindo as formas de contribuição da comunidade científica juntamente com outros atores na promoção dos ODS, sejam eles da sociedade civil ou da administração pública.

- ii) Gerando desenvolvimento Sustentável por meio de iniciativas científicas e tecnológicas inovadoras

Através de suas atividades de *pesquisa*, as Instituições de Ensino Superior têm centralidade na produção de conhecimento científico e tecnológico inovadores, os quais se mostram centrais para a Agenda 2030 de duas formas. Primeiramente como parte da agenda de desenvolvimento sustentável em si, como ilustra o objetivo 9, que envolve o fomento de inovação e a meta 9.5, de

“fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento” (PNUD, s.d.).

Salienta-se que existe grande desigualdade na distribuição de atividades de pesquisa entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, sendo que apenas 0,5% dos pesquisadores encontram-se no mundo em desenvolvimento, enquanto mais de 40% encontram-se apenas na Europa e na América do Norte (PAKSERESHT, 2015). Práticas de cooperação internacional para a difusão de capacidades para atuação neste setor no mundo em desenvolvimento envolvem diretamente tanto o ODS 9 quanto o ODS 17, sendo de grande relevância para a Agenda 2030.<sup>10</sup>

9 Vide Resolução A/RES/57/254 da Assembleia Geral para a Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

10 O ODS 9 trata-se de “Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação” e o 17 de “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”.

Em segundo lugar, a ciência e a inovação são necessárias para a promoção de outros objetivos e metas, sendo centrais para o desenvolvimento de instrumentos e iniciativas sustentáveis e transformadoras que promovam os ODS, pois estes demandam conhecimentos e inovação tecnológica para lidar com os desafios atuais e as barreiras que atualmente limitam o desenvolvimento sustentável. As Universidades são catalizadoras de inovação e geração de conhecimento e, as *pesquisas* geradas em seu seio podem ser aplicadas em projetos-piloto, além de traduzidas e disseminadas entre os atores sociais por meio da atuação da *extensão*, assim como o desenvolvimento de estágios, integrando academia e o mercado de trabalho e promovendo o desenvolvimento sustentável cientificamente embasado.

Além de levar o conhecimento científico à sociedade, a *extensão* também abre as portas da Universidade para que esta se atualize e adeque o conhecimento produzido de acordo com mudanças e realidades sociais por meio da integração da academia com a sociedade. A Agenda 2030 tem como um de seus aspectos centrais a ênfase na *territorialização*, a conformação da agenda global de acordo com as realidades locais e a *extensão* socialmente integrada pode atuar garantindo que as *pesquisas* desenvolvidas no âmbito acadêmico estão em consonância com seu contexto sócio-econômico. É apenas a partir do conhecimento dos reais problemas locais que podem ser desenvolvidas soluções para eles.

As Universidades também já contam com estruturas e equipamentos, além de pessoal qualificado que podem contribuir de forma eficiente e multidisciplinar na promoção de conhecimento científico por meio da atuação de centros de pesquisa conformando redes. Salienta-se a ênfase na cooperação de centros de pesquisa e Universidades para que as novas abordagens, soluções e tecnologias sejam desenvolvidas com responsabilidade social e de forma integrada, um elemento chave para a promoção dos ODS que fica claro nas 5 dimensões da agenda 2030 (ou 5 Ps – pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias). Estas dimensões devem ser promovidas de forma holística para o desenvolvimento sustentável, integrando diferentes abordagens e setores sociais na solução dos complexos desafios que se colocam ao desenvolvimento sustentável.

### iii) Monitoramento e Avaliação

A efetiva promoção da agenda 2030 deve ser mensurada por meio de atividades de monitoramento e avaliação embasadas em indicadores conectados aos ODS e suas metas. Estas atividades devem ser desenvolvidas de acordo com as realidades locais e fundamentadas em *pesquisas* aplicando conhecimento científico no estabelecimento de metas nacionais, de metodologias adequadas e de dados confiáveis para mensurar o avanço da agenda até o ano de 2030 e garantir a transparência do processo (PAKSERESHT, 2015).

Além das *pesquisas*, a *extensão* se mostra como canal de atuação para a observação das oportunidades existentes em cada contexto e dos desafios que podem impactar a promoção do desenvolvimento sustentável.

Sendo assim, é de extrema relevância para a promoção da Agenda de Desenvolvimento 2030 que ela seja abraçada pelas Universidades, que podem contribuir não so como parte da própria agenda, mas capacitando e incentivando modos de vida sustentáveis por meio da educação, seja ela em moldes tradicionais ou à distância, além de gerar propostas inovadoras de como atingir os ODS, especialmente salientando as interconexões entre eles. Ademais, por meio de sua atualização em termos de *pesquisas* e atividades de *extensão*, a Universidade pode contribuir para o monitoramento dos avanços da agenda (ONU, 2016).

É notável, nos pontos acima, como as contribuições da Universidade para a Agenda 2030 se dão apoiadas no tripé formado por ensino, pesquisa e extensão. Estas três dimensões constituem, de acordo com o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988, a base para fundamental da Universidade brasileira. As três dimensões são complementares e necessárias para um fazer universitário autônomo, competente e ético (CORDEIRO MOITA, ANDRADE, 2009).

Segundo Cordeiro Moita e Andrade, enquanto a associação entre ensino e pesquisa permite o desenvolvimento de conhecimento científico e tecnologia, sem a extensão pode-se perder a dimensão ético-político-social, que é conseguida quando se leva em conta o destinatário final desse saber científico: a sociedade. Assim, a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão é necessária para garantir que as Universidades desenvolvam conhecimento e ofereçam formações alinhadas aos problemas da sociedade contemporânea.

A extensão permite diálogo horizontal entre a academia e a comunidade, garantindo que o conhecimento produzido dentro da universidade estará em diálogo com aquele produzido culturalmente pelos diferentes grupos sociais, não se desligando das realidades e necessidades locais. Isto por se configurar como uma via de mão dupla, oferecendo o caminho para a comunidade científica elaborar um conhecimento acadêmico e democratizado, conectando a reflexão teórica à realidade brasileira (MEC BRASIL, 2001).

Desta forma, a extensão aproxima a Universidade e a comunidade, se mostrando uma via de relevância central para a promoção da agenda ODS pelas Universidades por viabilizar relação transformadora entre Universidade e Sociedade (MEC BRASIL, 2001). Ela é a via por meio da qual, de acordo com o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, as universidades devem promover e incentivar a educação como direito de todos em colaboração com a sociedade. É pela extensão que as Universidades podem atuar horizontalmente, em diálogo com a população, promover a qualificação das pessoas e seu preparo para o exercício da cidadania.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas de 1988 elaborou o Plano Nacional de Extensão Universitária, que apresenta como objetivos “Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade” e “assegurar a relação bidirecional entre a universidade e a sociedade, de tal modo que os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da universidade” (MEC BRASIL, 2001). Levando em conta a realidade atual, a manutenção da relevância da busca pelo desenvolvimento sustentável em suas diferentes dimensões, a Agenda ODS mostra-se como enfoque chave para as iniciativas de extensão universitária brasileiras. Além disso, o Plano Nacional de Extensão Universitária também



salienta que a extensão deve “estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade” além de “ênfasis na utilização de tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação” (MEC BRASIL, 2001), alinhando-se aos três pontos-chave de atuação das Universidades na promoção da Agenda 2030 mencionados. Finalmente, o mesmo Plano salienta que a extensão deve “inserir a educação ambiental e desenvolvimento sustentado como componentes da atividade extensionista”.

Esta atuação deve ser feita de forma associada ao ensino e a pesquisa e levando em conta as diversas dimensões envolvidas. A extensão permite complementar a formação dos alunos de acordo com as exigências do mundo contemporâneo e as especificidades locais nos âmbitos científico, profissional, cidadão e humano. Além disso, é simultaneamente uma forma de disseminar os conhecimentos técnicos gerados pela pesquisa científica para a sociedade, mas também de enriquecer as pesquisas e o ensino realizados dentro da Universidade a partir do confronto entre teoria e prática e garantir que sejam socialmente relevantes.

Não promovendo assistencialismo, ativismo ou paternalismo, a extensão universitária permite a produção de conhecimento *pluriversitário*, um conhecimento contextual, estruturado a partir da aplicação que lhe pode ser dada para além dos muros acadêmicos, dialogando com o contexto social e outros tipos de conhecimento (SANTOS, 2004). Esta atuação dialógica entre Universidade e sociedade beneficia não apenas a comunidade na qual a Universidade está inserida, mas também a própria Universidade, pois ela se renova no processo, atualizando o ensino e as pesquisas dos professores e abrindo as portas para a pesquisa e ensino críticos, socialmente comprometidos (CORDEIRO MOITA, ANDRADE, 2009).

O Plano Nacional de Extensão Universitária também salienta que a extensão deve estabelecer condições para a participação da universidade na elaboração, acompanhamento e avaliação da implantação de políticas públicas (MEC BRASIL, 2001). A extensão permite gerar insumos para políticas públicas cientificamente amparadas e socialmente relevantes, pois a articulação entre o conhecimento científico advindo das pesquisas, seu ensino, e as necessidades da comunidade onde a Universidade se insere podem transformar a realidade social e oferecer base para o desenvolvimento sustentável.

## Projeto de extensão “A participação da sociedade civil nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A área de Relações Internacionais tem papel importante na promoção da ação social em prol do Desenvolvimento Sustentável levando em conta a crescente interdependência mundial e a importância da ação concertada em escala mundial para garantir que o desenvolvimento sustentável seja buscado de forma ampla e tenha sucesso como agenda global. Isto por ser importante haver compreensão e cooperação entre diferentes sociedades, culturas, tradições e economias, que demandam habilidades

interpessoais de comunicação multidisciplinares e historicamente informadas quanto ao contexto em que se desenvolvem as relações internacionais envolvendo atores da academia e da sociedade civil.

Além disso, as Relações Internacionais são um campo de estudos com forte caráter multidisciplinar, contando com uma pluralidade de referências, ontologias, métodos e epistemologias (RIBEIRO *et al.*, 2013; SARAIVA; CERVO, 2005). Levando-se em conta este perfil, esta área configura espaço promissor para a promoção do Desenvolvimento sustentável multidimensional envolvendo os 5 Ps da agenda 2030 no âmbito de uma visão integrada do desenvolvimento.

Em 2014 foi dado início ao projeto de pesquisa intitulado *Economia Política dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas*, com apoio do programa de Iniciação Científica da UFPB e contando com a participação de três alunos do curso de graduação em Relações Internacionais da UFPB. O projeto se organizava em torno de dois eixos fundamentais. O primeiro deles abordava o processo de conformação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e seus impactos na Agenda pós-2015. Já o segundo era especificamente voltado aos processos políticos para a conformação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A partir de então, as atividades se voltavam especificamente à construção de um entendimento amplo e aprofundado sobre os processos políticos de adoção, implementação e avaliação da agenda de desenvolvimento das Nações Unidas. Esse projeto permitiu aprofundar o conhecimento acerca da agenda de desenvolvimento da ONU e as duas agendas específicas do século XXI e foi a base organizacional e intelectual para o passo seguinte dado na direção de ampliação do grupo de pessoas tratando do tema na UFPB <sup>11</sup>.

Tendo como base o conhecimento produzido, o passo subsequente foi justamente a elaboração e consolidação do Projeto de Extensão Universitária *Participação da Sociedade Civil nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio pós-2015*, aprovado e apoiado financeiramente pelo Ministério da Educação (Edital PROEXT 2015). Em 2016, o projeto foi renovado, também apoiado pelo Edital PROEXT 2016. O Projeto conta também com o apoio institucional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

De forma prática, o projeto foi estruturado com o intuito de atuar junto à sociedade civil organizada nos estados da região Nordeste do Brasil por meio de uma agenda dupla. De um lado, com a simultânea capacitação de atores políticos e sociais para estimular sua participação de forma qualificada e efetiva nas discussões correntes sobre políticas públicas para implementação dos ODS, e identificação das demandas específicas destes atores relacionadas às questões que perpassam a agenda de desenvolvimento da ONU. Essa parte das ações do projeto cumpre uma importante função na implementação dos objetivos de desenvolvimento, uma vez que contribui para i) a ‘apropriação’ dos objetivos nas localidades e ii) o acompanhamento e fiscalização das ações públicas. Em linhas gerais, responde à demanda por ‘territorialização’ dos ODS nas gestões e práticas locais, levando em conta que efetivamente, há ainda a necessidade de incorporação real dos objetivos que os compõem na lógica e prática concreta de municípios e Estados. De outro lado, atua no mapeamento da produção intelectual,

---

11 Parte dos resultados desse projeto foram apresentados em eventos acadêmicos. Destaque para a participação dos alunos mencionados na nota anterior na Mostra de Iniciação Científica do 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, realizado na cidade de Belo Horizonte em 2015.

científica e tecnológica da UFPB que possa ter utilidade material no processo de implementação dos ODS.

A atuação junto a grupos e atores sociais tende a apoiar a construção de capacidades técnica e organizacional para que estes possam acompanhar e contribuir de forma mais hábil com as discussões políticas relativas ao desenvolvimento sócio-econômico. As capacitações foram estruturadas a partir de estudos sobre os ODM e ODS, seus objetivos, metas, o cumprimento destas e a identificação de temas e questões prioritárias. A partir de então, busca-se qualificar jovens e outros atores da sociedade civil, preparando-os para acompanhar a implementação de políticas públicas voltadas à consecução dos objetivos de desenvolvimento.

### Atividades desenvolvidas e resultados apresentados

Desde o início das atividades do projeto, foram realizadas atividades variadas com o propósito geral de divulgação da agenda de desenvolvimento da ONU, capacitação de grupos sociais e formação de multiplicadores e desenvolvimento de atividades junto ao setor privado.

As capacitações oferecidas pelo Projeto se direcionaram a: i) grupos de jovens e organizações da sociedade civil interessadas na temática dos ODS; ii) indivíduos e grupos identificados como “multiplicadores” – ou seja, sujeitos com capacidade de divulgar e contribuir com a multiplicação do conteúdo da agenda; membros de organizações da sociedade civil; iii) gestores públicos de municípios da região Nordeste. Essas atividades incidem diretamente sobre dois dos pontos destacados anteriormente acerca do papel da Universidade – capacidade de compartilhamento de conhecimento e desenvolvimento de capacidades e criação de instrumentos de monitoramento e avaliação de políticas. No sub-tópico seguinte discutiremos o derradeiro ponto – a produção de conhecimento científico e tecnológico. Na tabela abaixo estão algumas das atividades de capacitação realizadas pelo projeto.

CAPACITAÇÃO DE JOVENS - INSTITUTO MARIA MADALENA OLIVEIRA CAVALCANTE (IMMOC).	
Local	Recife/PE
Data	12 de junho de 2015. 14 de agosto de 2015 17 de junho de 2016
Público-alvo	Aproximadamente 60 jovens, com idade entre 16 e 21 anos, das comunidades dos municípios de Olinda e Recife/PE.
Proponente(s)	IMMOC / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) / Nós Podemos Pernambuco.
CAPACITAÇÃO PARA JOVENS E ESTUDANTES DA FACULDADE ASCES	
Local	Campus I da Faculdade Ascés.
Data	23 de outubro de 2015.
Público-alvo	50 participantes do Seminário “Desafios e Perspectivas Pós-2015” (majoritariamente estudantes de Relações Internacionais)
Proponente(s)	Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico (Faculdade Ascés) / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

continua...

continuação

<b>CAPACITAÇÃO PARA MULTIPLICADORES EM FORTALEZA/CE</b>	
Local	Fortaleza/CE: Associação de Prefeitos do Ceará (APRECE).
Data	07 de agosto de 2015.
Público-alvo	Cerca de 50 pessoas (representantes de municípios cearenses; associações e órgãos estaduais/municipais)
Proponente(s)	Nós Podemos Ceará / Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
<b>CAPACITAÇÃO PARA MULTIPLICADORES EM SÃO BENTO DO UNA/PE</b>	
Local	São Bento do Una/PE: Câmara Municipal.
Data	22 de setembro de 2015.
Público-alvo	Cerca 50 pessoas (estudantes, professores e gestores da Secretaria Municipal de Educação de São Bento do Uma)
Proponente(s)	Nós Podemos Pernambuco/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
<b>CAPACITAÇÃO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA/PE</b>	
Local	São Bento do Una/PE.
Data	24 de Abril de 2016
Público-alvo	Aproximadamente 600 professores e gestores da Secretaria Municipal de Educação
Proponente(s)	Secretaria Municipal de Educação, São Bento do Uma / Núcleo ODS de São Bento do Uma / Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD)
<b>CAPACITAÇÃO PARA MULTIPLICADORES EM RECIFE/PE</b>	
Local	Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE)
Data	29 de outubro de 2015.
Público-alvo	Aproximadamente 50 pessoas, integrantes de secretarias municipais, entidades de ensino e movimentos sociais.
Proponente(s)	Nós Podemos Pernambuco / Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
<b>CAPACITAÇÃO PARA MULTIPLICADORES EM NATAL/RN</b>	
Local	Natal/RN: Sebrae.
Data	02 de dezembro de 2015.
Público-alvo	Aproximadamente 20 pessoas, entre as quais estavam estudantes de pós-graduação; representantes de órgãos municipais e estadual; associações e entidades vinculadas ao Núcleo Nós Podemos.
Proponente(s)	Nós Podemos Rio Grande do Norte / Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
<b>CAPACITAÇÃO DE MULTIPLICADORES</b>	
Local	Centro Estadual de Ensino-Aprendizagem Sesquicentenário, João Pessoa/PB.
Data	04 de Junho de 2016
Público-alvo	Aproximadamente 30 estudantes
Proponente(s)	Rotary Youth Leader Anwar (RYLA) / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
<b>SECRETARIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, PARAÍBA</b>	
Local	Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão, Paraíba
Data	20 de Junho de 2016
Público-alvo	Gestores municipais da Secretaria de Estado
Proponente(s)	Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Ao longo do curto período de desenvolvimento do projeto, já foi possível identificar alguns resultados práticos das ações empreendidas. Trazemos abaixo três exemplos, que ilustram três dimensões das ações e resultados:

i) a capacitação de jovens:

As três capacitações realizadas no IMMOC tiveram como objetivo apresentação da agenda a jovens do Programa IMMOC, para que ao longo de um ano desenvolvessem projetos sob supervisão, e que assim se apropriassem da agenda em suas ações cotidianas e políticas.

ii) capacitação ao setor público (professores do ensino fundamental da Secretaria de Educação de São Bento do Una/PE):

A Secretaria de Educação do município de São Bento do Una atua desde 2014 com foco nas agendas de Desenvolvimento das Nações Unidas. Até dezembro de 2015 as atividades giravam em torno dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e, a partir de 2016, foi iniciado o Projeto #MAIS – Moralidade + Ação + Integridade Social, que atua sob os marcos dos 17 ODS. Com estas ações abre-se a oportunidade de desenvolver em toda comunidade escolar o conteúdo tratado pelo ODS, o que pode incidir sobre o senso crítico e de responsabilidade pelo desenvolvimento, algo que só é possível quando as pessoas têm acesso ao conhecimento e este é efetivamente adquirido. Para levar o conhecimento sobre os ODS foi realizada oficina ODS para preparação de projetos a serem desenvolvidos nas escolas ao longo do ano de 2016 para 600 professores da rede municipal de ensino de 63 escolas, sendo 3 de educação infantil, e envolvendo 10.129 alunos.

iii) capacitação de grupos da sociedade civil (formação de multiplicadores):

Com apoio do PNUD foi realizada capacitação para formação de multiplicadores da agenda ODS no estado do Ceará, para garantir as melhores condições para atuação de grupos de voluntários e que os mesmos sejam capazes de obter os resultados esperados em prol dos ODS. Em uma oficina específica participaram 33 voluntários das diversas regiões do estado. Estes multiplicadores do Ceará compõem uma rede de 280 voluntários formados pelo PNUD-Brasil que atuam em seus estados específicos.

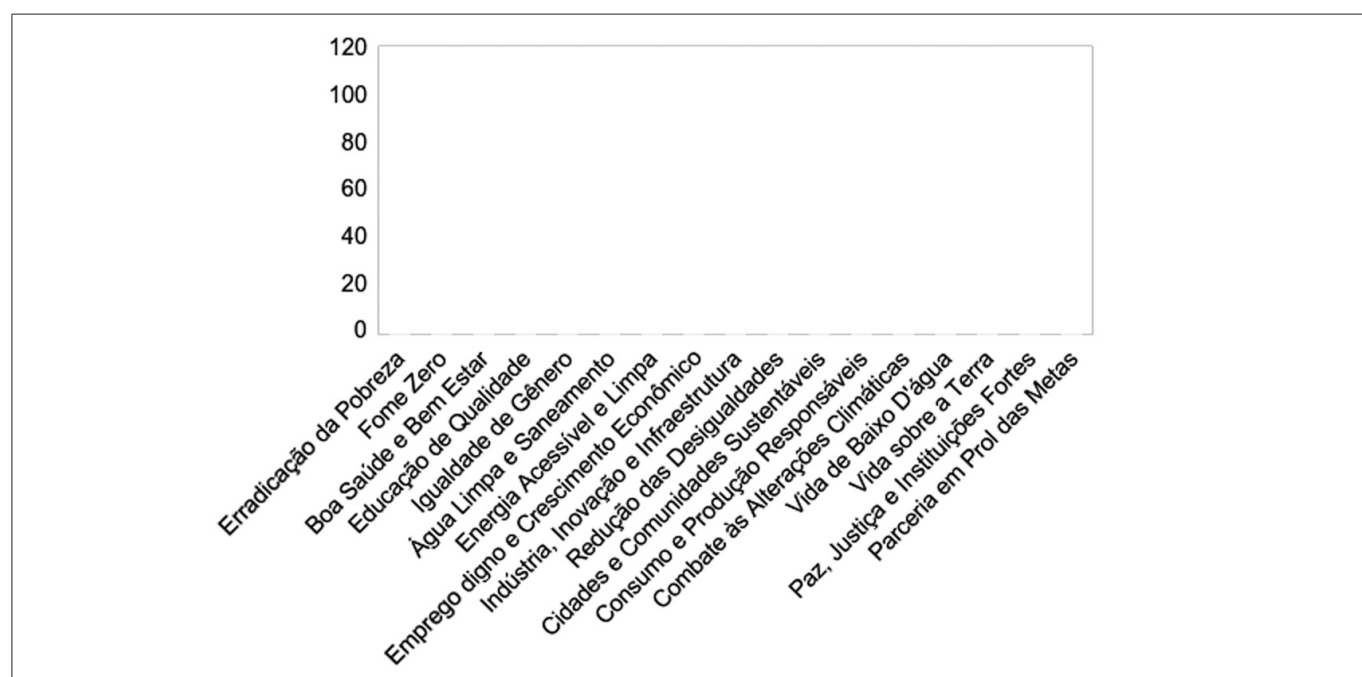
## Resultados iniciais das pesquisas acadêmico-científicas da UFPB

Um dos objetivos gerais da extensão é justamente a externalização das atividades de pesquisa desenvolvidas na Universidade, para que essas atinjam a sociedade de forma produtiva. Ainda, no Brasil, há uma forte concentração da pesquisa científica – e mesmo do desenvolvimento de novas tecnologias – nas universidades públicas. Nesse sentido, parte-se do suposto que a produção científica e tecnológica da UFPB, assim como das demais universidades públicas brasileiras, tem potencial de contribuir com o processo de criação de soluções inovadoras para a implementação dos ODS. Como parte experimental do projeto, foram mapeados todos os projetos de pesquisa de uma modalidade específica de fomento da UFPB – os projetos do Edital de Iniciação Científica – de 2013 a 2016, em que foram identificadas a relação entre o título do projeto e sobre qual ODS específico esse poderia contribuir. No gráfico

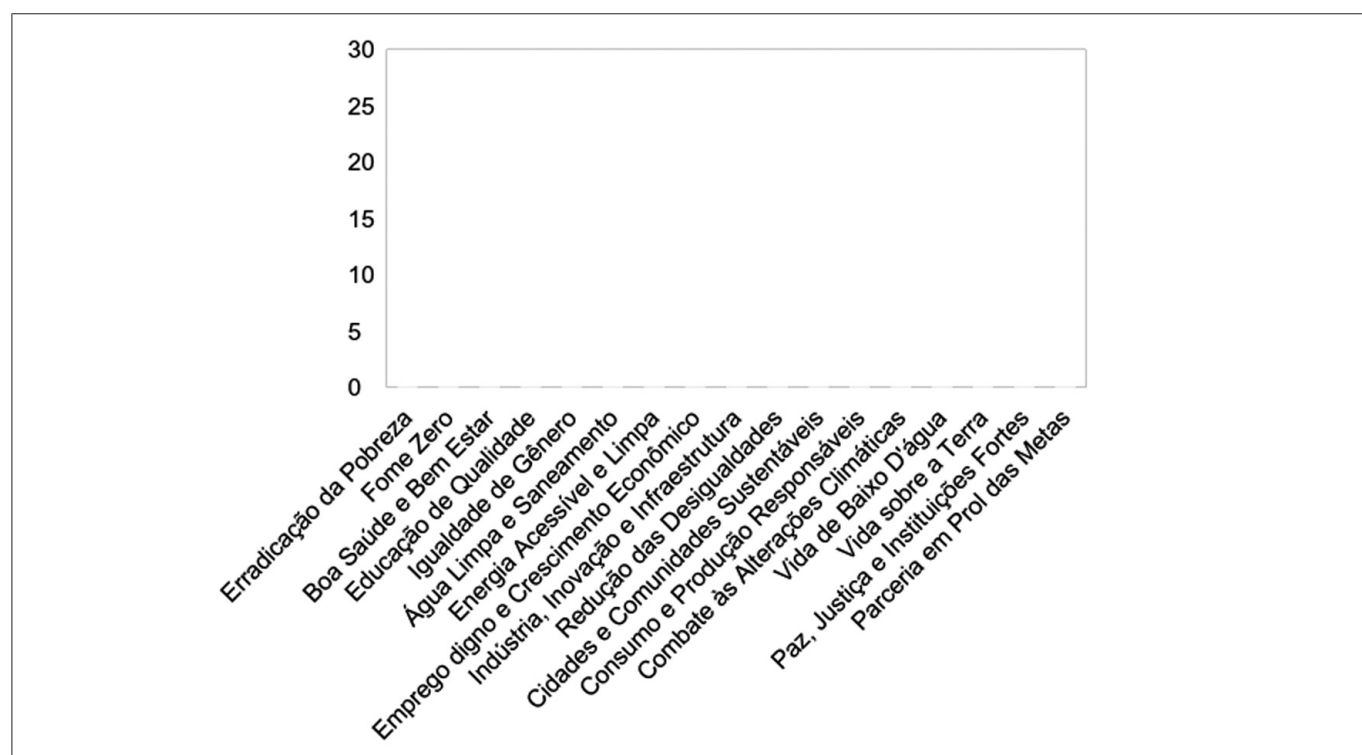


abaixo está a incidência de projetos sobre algum dos 17 ODS. No gráfico na sequência (gráfico 2) estão mapeados os projetos de extensão, apoiados pelo Edital PROEXT nos anos 2015 e 2016.

**Gráfico 1:** Frequência de Objetivos nos Projetos Científicos<sup>12</sup>



**Gráfico 2:** Frequência de Objetivos nos Projetos de Extensão<sup>13</sup>



<sup>12</sup> Amostra inicial que contempla apenas os projetos de Iniciação Científica submetidos entre 2013 e 2016. Foram destacados 515 Objetivos em 411 projetos.

<sup>13</sup> Amostra inicial que contempla apenas os projetos de Extensão do PROEXT 2015 e 2016. Foram destacados 99 Objetivos em 78 projetos.

O que se percebe é uma forte incidência dos projetos de pesquisa sobre o ODS 3 – boa saúde e bem-estar; enquanto há uma forte tendência da concentração dos projetos de extensão analisados no ODS voltado à Educação de qualidade. Entretanto, cremos que a conclusão principal é o fato de que a produção científica da UFPB, como uma amostra da produção científica das universidades brasileiras, incide substancialmente sobre a agenda ODS.

## Considerações Finais

Em linhas gerais, o que buscamos explicitar nesse texto foi a importância da Universidade nas trajetórias de desenvolvimento dos países e, especialmente, no processo de implementação dos ODM e dos ODS. De forma específica, procuramos apresentar uma experiência específica em desenvolvimento na Universidade Federal da Paraíba que pode ser considerada bem sucedida – se medida em termos de quantidade de atividades desenvolvidas, parcerias estabelecidas, atores envolvidos e “capacitados”.

O desenvolvimento do projeto de extensão destacado nesse texto tem como referência o reconhecimento de sociedade civil como ator político fundamental nas democracias e na conformação de agendas de desenvolvimento, e seu papel específico na formulação e implementação de projetos de desenvolvimento adequados a suas necessidades e demandas específicas. Ou seja, aprecia a maior eficiência e adequação das intervenções e projetos públicos, além de sua sustentabilidade no tempo, quando atrelados a condições reais vivenciadas pelas populações afetadas. É nesse sentido que a Universidade pode desempenhar um papel adequado, de capacitação e multiplicação de conhecimento e experiências.

O projeto de extensão apresentado tem se baseado na produção de conhecimentos específicos acerca de projetos de desenvolvimento vinculados aos ODS. De forma geral, busca promover o desenvolvimento de estudos inovadores para as Relações Internacionais, assim como para o próprio desenvolvimento econômico e social do país e difundi-los através das capacitações promovidas. A área das relações internacionais, por sua característica de interdisciplinaridade, tem potencial de aproximar áreas distintas, voltadas ao desenvolvimento sustentável, e contribuir com a articulação desse conhecimento com a sociedade.

Abordando especificamente as atividades de extensão, o que se percebe, como resultado subsidiário, é uma importante complementação da formação acadêmica dos alunos envolvidos, enriquecendo o aprendizado e possibilitando uma forma de aplicação dos conhecimentos adquiridos em aula e atividades de pesquisa. Desta forma, esse tipo de atividade e especificamente o projeto em análise nesse texto, se mostram alinhados às diretrizes do Plano Nacional de Extensão, impactando a formação dos estudantes de forma interdisciplinar e afirmando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e a própria atividade de extensão, por meio da qual a Universidade pode contribuir diretamente com o desenvolvimento social ao viabilizar sua interação com a sociedade.

## Referências Bibliográficas

- ANNAN, Kofi A. “We the Peoples - The Role of the United Nations in the Twenty-First Century”. *Report of the Secretary General of the United Nations*, U.N. Doc. A/54/2000, (2000). Disponível em: <[http://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/We\\_The\\_Peoples.pdf](http://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/We_The_Peoples.pdf)>. Acesso em 30 de Outubro de 2015.
- BISSIO, R. “Civil Society and the MDGs”. *UNDP Development Policy Journal*, v. 3, 2003.
- COLOMBO, E; INZOLI, F; The Role of Academia for Sustainable Development. In *Renewable Energy for Unleashing Sustainable Development*. Springer: 2013.
- CALEIRO, Antonio. “Educação e Desenvolvimento: que tipo de relação existe?”. *I Encontro Luso-Angolano em Economia, Sociologia e Desenvolvimento Rural*, Universidade de Évora: Évora, 2008.
- CORDEIRO, F. M. ANDRADE, F. “Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação”. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 41 Maio/Ago, 2009.
- FEHLING, M; NELSON, B; VENKATAPURAM, S. “Limitations of the Millennium Development Goals: a literature review”. *Global Public Health: An International Journal for Research, Policy and Practice*, v. 8, n. 10, p. 1109-1022. 2013.
- HULME, David. “Lessons from the Making of the MDGs: Human Development Meets Results-based Management in an Unfair World”. *IDS Bulletin*, v. 41, n. 1, p. 15-25. 2010.
- HULME, David. “The Millennium Development Goals (MDGs): A Short History of the World’s Biggest Promise”. *Brooks World Poverty Institute. BWPI Working Paper 100*. Disponível em: <<http://www.manchester.ac.uk/bwpi>>. Acesso em 21 de Agosto de 2015.
- MEC. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu. 2001.
- ONU. *Secretary-General’s remarks at the Summit on Science and Technology Enablement for the Sustainable Development Goals [as prepared for delivery]*. United Nations Secretary General. 2016. Disponível em: <<https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2016-11-29/secretary-generals-remarks-summit-science-and-technology-enablement>>. Acesso em 15 de Maio de 2017.
- PAKSERESHT, L. “What do the Sustainable Development Goals say about... science and Innovation?” in *The Royal Society*. Disponível em: <<http://blogs.royalsociety.org/in-verba/2015/11/19/what-do-the-sustainable-development-goals-say-about-science-and-innovation/>>. Acesso em 15 de Maio de 2017.
- PNUD. “Objetivo 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura”. *Plataforma Agenda 2030*. Sem data. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/meta.php?ods=9>>. Acesso em 29 de Maio de 2017.
- RIBEIRO, Pedro F; KATO, M.; REINER, G. “Mercado de Trabalho e Relações Internacionais no Brasil: um estudo exploratório.” *Meridiano 47*, v. 14, p. 10-18. 2013.
- SARAIVA, José F. S. e CERVO, Amado Luiz. *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: IBRI, 2005.
- SAITH, A. “From Universal Values to MDGs: lost in translation.” *Development and Change*, v. 37, n. 6, p. 1167-1199. 2006.
- SANTOS, Boaventura Sousa. *A universidade no século XXI*. São Paulo: Cortez, 2004.
- VANDEMOORTELE, J. “If not the Millennium Development Goals, then what?” *Third World Quarterly*, v. 32, n. 1, p. 9-25. 2011.